

MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE

PLANO DE FORMAÇÃO RGPC/RGPDJ





MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE

PLANO DE FORMAÇÃO RGPC/RGPD

O presente plano de formação pretende dotar os eleitos, dirigentes e trabalhadores de um conhecimento com uma assinalável densidade, adequada às necessidades e riscos em matéria de corrupção e infrações conexas de cada cargo e funções desempenhadas na estrutura orgânica do Município.

OBJETIVOS

- Sensibilizar os destinatários relativamente aos riscos de corrupção e infrações conexas;
- Inculcar boas práticas e valores ético profissionais;
- Congregar a estrutura organizativa em torno de uma base de conhecimento comum, promovendo uma cultura institucional forte e universal;
- Promover a atuação baseada na ética profissional e transparência observando os valores e princípios e que inspire altos níveis de confiança junto de todos os envolvidos e demais cidadãos.

“O REGIME JURIDICO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E PROTEÇÃO DOS DENUNCIANTES DE INFRAÇÕES NAS AUTARQUIAS LOCAIS”

Carga horária: 4 horas | **Destinatários:** Eleitos, Dirigentes, Trabalhadores |

Formador: Advogado/Formador Certificado

Início: setembro de 2023 até abril de 2024

1. Enquadramento Legal

- 1.1. A Administração Pública Local e os riscos de corrupção e de outras infrações;
- 1.2. A Transparência da atividade do Município;
- 1.3. As atividades de Compliance do RGPC e do RGPD;
- 1.4. Responsáveis;
- 1.5. A Autoridade de Controlo - Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) (atribuições e competências).



2. Os Instrumentos de Controlo e Regulamentação Interna e os Responsáveis

- 2.1. Programa do Cumprimento Normativo (PCN);
 - 2.1.1. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);
 - 2.1.2. Elenco dos Responsáveis pela conformidade do RGPC e RGPDI;
 - 2.1.3. Código de Ética e de Conduta - âmbito;
 - 2.1.3.1. Princípios e Valores da Administração Pública e Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP);
 - 2.1.3.2. Conflitos de Interesses e Procedimento de Prevenção de Conflito de Interesses (PPCI);
 - 2.1.3.3. Isenção e Imparcialidade;
 - 2.1.3.4. Acumulação de Funções e Procedimento de Autorização, Alteração e Cessação de Acumulação de Funções (PIAF);
 - 2.1.3.5. Relacionamento com entidades fornecedores e Procedimento de Promoção de Concorrência na Contratação Pública (PPCCP);
 - 2.1.3.6. Política de Transparência Administrativa do Município (PTA);
 - 2.1.3.7. Ofertas, convites ou benefícios similares;
 - 2.1.3.8. Relações de Trabalho e Prevenção do Assédio;
 - 2.1.3.9. Atendimento ao Público;
 - 2.1.3.10. Comunicação com os Municípes e Relacionamento com Redes Sociais e Comunicação Social;
 - 2.1.3.11. Sanções disciplinares, criminais e as normas do Código Penal;
 - 2.1.4. Programa de Formação e Comunicação (PFC)
- 2.2. Sistema de Avaliação do Programa de Cumprimento Normativo (SACN)
 - 2.2.1. Sistema de Controlo Interno (SCI) - procedimentos e interconexões com o PPR;
 - 2.2.2. Plano de Auditorias Internas (PAI)

3. Os Canais de Denúncias e as Denúncias de Infrações

- 3.1. Canal de denúncia Interno e Externo;
- 3.2. Plano de Gestão das Denúncias;
- 3.3. Responsável pelo Tratamento das Denúncias;
- 3.4. As infrações de maior risco no contexto autárquico;



3.5. Sigilo e Proteção de dados pessoais;

3.6. Regime Sancionatório.

4. Breves notas sobre a Responsabilidade Solidária no Regime Sancionatório do RGPC

[Os conteúdos e outros recursos formativos serão também disponibilizados na intranet]

Aprovado em Reunião de Câmara de
14 setembro de 2023.

Aprovado em Reunião de Assembleia
29 setembro de 2023.